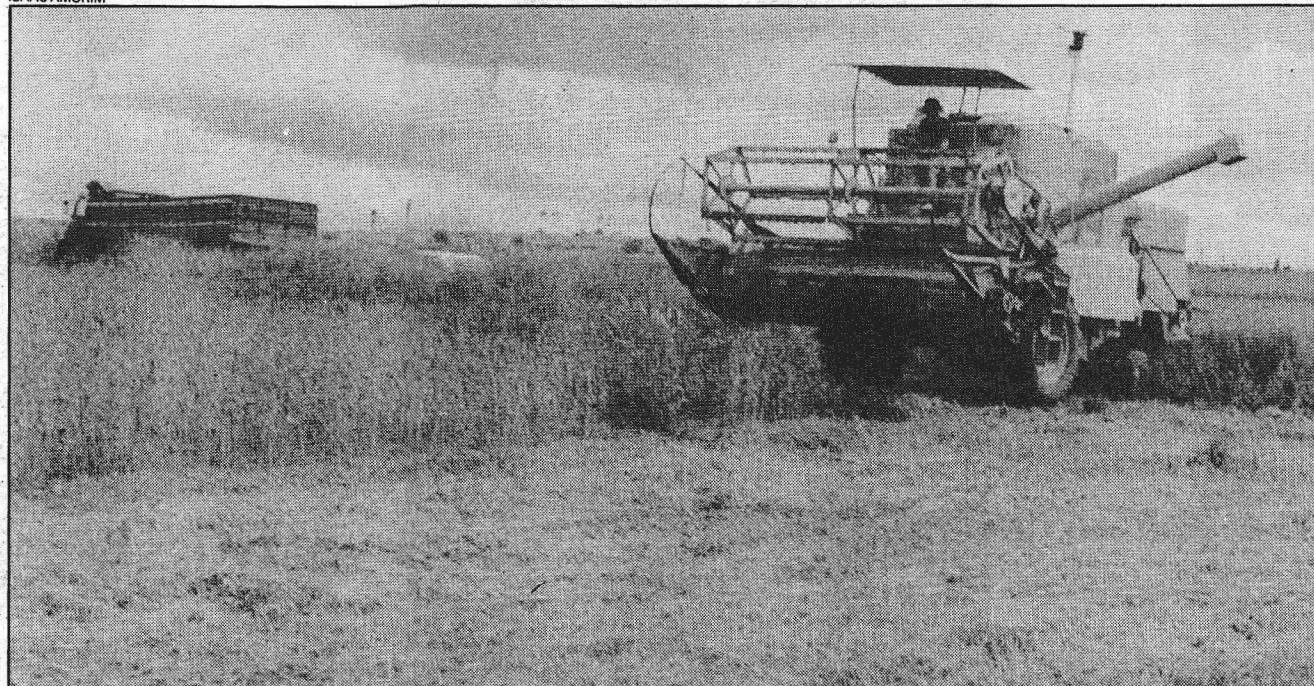


“O homem do campo jamais faltou ao Brasil”

Vindo de São Paulo, onde participou do Fórum dos Secretários de Agricultura de todo o País, a convite do governador Luiz Antonio Fleury Filho, o governador Joaquim Roriz, deu um depoimento ao CORREIO DA TERRA, onde faz uma avaliação da problemática da agricultura no Brasil e aponta como solução definitiva a adoção da equivalência-produto como forma de devolver ao campo o poder de competir e a capacidade de recuperar-se.

ISAAC AMORIM



ARQUIVO



O governador Joaquim Roriz defende a implantação da equivalência-produto, que considera uma espécie de tábua de salvação para a economia rural e a valorização da colheita

Se há um personagem a que todos nós, brasileiros, devemos reverência e apreço, sem dúvida, esse personagem é o homem do campo. Tem sido ele, ao longo de nossa história, o grande sacrificado, o grande solicitado para tarefas que exigem abnegação, coragem e patriotismo.

Assim foi em tempos remotos, com o desbravamento dos sertões, a abertura dos caminhos para a civilização, a construção das grandes cidades — Brasília é o exemplo maior —, o trabalho penoso de produzir alimentos para abastecer o mercado interno e gerar excedentes exportáveis.

Para tudo, o homem do campo tem sido convocado e, hoje como ontem, jamais faltou ao Brasil. Simples, humilde, patriota, o homem do interior já foi de tudo: soldado, marinheiro, operário e lavrador, sem se queixar ou recusar missões.

A réciproca, no entanto, não é exatamente verdadeira. Isto é, nem sempre — ou quase nunca — o Estado reconheceu em suas diretrizes tamanha abnegação. As políticas oficiais, ao longo do presente e do último século, privilegiaram mais o capital, em detrimento do trabalho. Concentraram renda e investiram nos grandes centros urbanos, abandonando gradualmente o homem do campo.

Em decorrência, cresceram a indústria, o comércio e os serviços. Os grupos econômi-

cos nacionais e internacionais se fortaleceram. O setor primário, inversamente, sem proteção e entregue à própria sorte, endividou-se, desestruturou-se.

Nos últimos anos, para vencer o inimigo número um da Nação — a terrível inflação — a penalização maior, mais uma vez, tem sido imposta aos trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores, parceiros, arrendatários, todos inviabilizados por um sistema perverso e desumano de crédito, associado a um sistema cruel de mercado.

E o resultado inquietante é que o homem da terra dela vem sendo expulso. Afastado de suas raízes culturais, tornou-se um pária urbano, disputando espaço nos barracos das favelas, ao redor de esgotos a céu aberto, vendendo, amargurado, seus filhos expostos à criminalidade e à prostituição que corrói despojado dos valores maiores, na saúde, no amor próprio e na estrutura familiar.

Na base de tudo está a falta de um sistema eficiente de valorização da produção e do trabalho. Inexistindo uma política consistente de fortalecimento da agricultura o resultado é o que vemos: fazendas e pequenas vilas vazias e as grandes cidades inchando descontroladamente, concentrando a miséria, ao invés de desconcentrar a riqueza, sem condições de abrigar os migrantes, que não param de chegar.

Brasília tem recebido milhares e milhares de migrantes que não conseguem mais sobreviver nas terras de origens. São as grandes vítimas, os párias de uma política creditícia perversa. Não há como não recebê-los. São brasileiros, como nós, e têm direito de acesso a um lugar mais adequado para viver. Só que essa pressão constante exaure os serviços públicos. Cai a qualidade de vida. Não há mais estruturas de educação, saúde e atendimento social em condições de resistirem à pressão de demanda dos necessitados.

Assim como Brasília, São Paulo é um outro exemplo dramático. O estado mais poderoso do País vem sofrendo imensamente com esse quadro social. Perdeu, em apenas um ano, um milhão de habitantes no interior. Pior: recebeu-os na capital certamente em condições precárias, em favelas de periferia, onde não trabalham, não consomem, não participam. Vegetam tão-só.

Nada menos que 122 municípios paulistas perderam população no último ano. Há pouco tempo, o Paraná registrava a desativação de mais de cem mil — vejam bem: cem mil — pequenas propriedades rurais, atropeladas

“ Assim como Brasília São Paulo é um outro exemplo dramático. Em apenas um ano perdeu um milhão de habitantes no interior ”

pelo turbilhão de pobreza e miséria que assola o País, segundo dados do IBGE. De Norte a Sul, é este o trágico panorama: o homem da terra não consegue mais viver e trabalhar no seu chão de origem.

Desde o início do meu governo — e tenho a honra de ser o primeiro governador eleito, pelo voto direto, em Brasília — empenhei-me na busca de soluções para os problemas estruturais de afinidade social. Sou também um homem da terra, de formação rural. Daí minha preocupação prioritária com essa problemática.

Em 1992, nossa Secretaria de Agricultura iniciou estudos sobre o mecanismo de equivalência-produto, buscando devolver ao produtor uma moeda que ele conhece muito bem: a riqueza que ele tira da terra. Nossa se-

“ Na equivalência produto circula uma moeda que o produtor rural conhece muito bem ”

cretário de Agricultura, Nuri Andraus — também produtor rural como todos nós —, levou à imprensa, ao Governo, aos bancos e ao Fórum de Secretários de Agricultura de todo o Brasil a proposta de uma verdadeira revolução. Revolução do crédito rural, no conceito de tratamento ao produtor, na forma de relacionamento entre quem produz e o mercado.

A equivalência-produto tornou-se uma espécie de tábua de salvação para a economia rural, depauperada, empobrecida e arrasada pela correção monetária, que avança além da valorização das colheitas. Por isso, a equivalência-produto, que permitirá ao produtor pagar o financiamento para produzir cem sacas de feijão, por exemplo, com o equivalente a cem sacas de feijão na hora da quitação, não com o dinheiro corrigido monetariamente, tão importante. O produto é uma moeda que o produtor rural conhece muito bem.

E é por isso que estamos lutando. Creio firmemente que nada acontece por acaso: e essa poria tem uma significação muito especial. Temos que replantar a semente da esperança, para construir um novo símbolo de fé e de confiança. Este País é nosso, do povo, e tem que ter a cara e a alma do seu povo.

Nosso compromisso único e sagrado é com o bem-estar do povo.

“ A penalização maior tem sido imposta aos trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores, parceiros e arrendatários ”